



**Resolução do Núcleo Carlos Marighella, núcleo da Juventude Comunista  
Avançando em São Paulo.**

## **Pegar as coisas pela raiz e atacar os verdadeiros inimigos do nosso povo na USP!**

*A luta por permanência e mais direitos precisa desvelar a luta de classes na USP e livrar a universidade da nova política de inovação.*

O ano de 2022 foi marcado pelas eleições presidenciais mais importantes desde o fim da ditadura militar e pelo primeiro ano de retorno presencial nas universidades públicas de todo o país. No movimento estudantil tivemos de encarar as dificuldades de um refluxo semelhante e relacionado à situação geral do movimento popular, que esteve em posição defensiva desde a articulação e ascensão da nova política fascista do imperialismo para nosso país. Nas universidades, essas dificuldades se ampliaram com a manutenção por dois anos de ensino remoto causado pela pandemia de covid-19, fazendo com que o movimento estudantil perdesse seu principal campo de conscientização e mobilização: o chão das universidades, reduzindo em muito a possibilidade de trabalho de base e formação de quadros.

Por este motivo, na melhora de condições da pandemia, ainda no começo de 2022 concentramos nossos esforços em mobilizar colegas e estudantes para a grande e necessária luta pelo retorno 100% presencial para todos que tivessem condições para tal. Entendemos que cabe ao movimento estudantil atuar como aliado à luta das e dos trabalhadores, sejam técnicos ou professores, na luta por uma universidade mais ampla e democrática, contra os ditames do capital. Com nossa pequena militância e reduzida capacidade que tem um curso isolado dentro da USP, voltamos a ocupar a universidade antes mesmo da calourada: fizemos assembleias, plenárias, pinturas de faixa, campanha financeira, distribuição de máscaras e comitê sanitário. Onde houvesse atividade que contribuísse para a organização e mobilização na luta pelo retorno, lá estivemos com nossos colegas estudantes de geografia. Hoje, mais de um ano depois, nem mesmo os professores,



à época contrários à posição dos estudantes, diriam que nossa posição estava errada. Já fizemos o balanço desse início de ano [em nota anterior](#), então não nos estenderemos nesse ponto senão para destacar uma questão: conseguimos, naquele momento, fazer uma mobilização em nosso curso massificada, com grande participação, mas que mesmo assim ficou aquém de um efetivo movimento de massas que combinasse a construção e vitória parcial a um ganho substantivo de consciência. Dessa forma, nas semanas que seguiram ao retorno presencial, houve um breve refluxo, reduzindo em número e qualidade a participação estudantil em seus espaços de autoorganização da geografia, mas mantendo ainda um saldo positivo no processo de reorganização e moralização do centro acadêmico como referência deste processo e lutas futuras.

Sabemos que o ME é um espaço dinâmico em que avanços e retrocessos ocorrem em menos dos 5 anos de graduação necessários para a formatura, mas acreditamos que a continuidade de um trabalho de construção de outra cultura e qualidade de mobilização e democracia estudantil faz diferença no futuro da universidade. E nos propomos a isso.

Nos meses que se seguiram, como havia sido deliberado quando iniciamos a gestão transitória, em julho de 2021, iniciou-se em nosso curso o processo eleitoral, onde defendemos um calendário democrático, com período de três semanas para formação de chapa e quatro semanas para campanha (com três dias de votação) previstos em calendário. Vale lembrar que, no mesmo período, o calendário eleitoral do Diretório Central dos Estudantes durou, *ao todo*, menos de duas semanas, na prática inviabilizando o amplo debate programático e a participação dos estudantes independente da mais bem intencionada chapa inscrita.

Na geografia, defendemos a construção de uma chapa de unidade, que em âmbito local e estudantil refletisse tanto o momento da conjuntura nacional, que nos dava a tarefa clara de derrotar Bolsonaro em uma ampla frente de esquerda, como ao próprio momento de reconstrução do centro acadêmico, onde disputas menores típicas do "patriotismo" partidário, ou do sectarismo irracional presente na esquerda afastaria os estudantes. Para nós, mais importava naquele momento a construção de uma diretoria plural e ampla, com grande participação estudantil, que através de debates saudáveis e fraternos consolidasse a entidade enquanto referência política



para os estudantes, do que construir referência política em um ou outro partido buscando sua autoconstrução. Voltamos a lembrar: a eleição do ano passado, que aconteceu em junho, foi a segunda eleição de CA em 10 anos, e a falta de um centro acadêmico vivo – ou seja, com capilaridade na vida cotidiana dos estudantes, e capaz de apontar as lutas mais urgentes tanto “dentro” como “fora” da universidade – antes de 2019, contribuiu muito para a desmoralização e esvaziamento do ME da geografia.

Daí o esforço de unidade e de ampla construção com os estudantes na elaboração conjunta de um programa que dialogasse com os diversos grupos e agrupamentos de estudantes de nosso curso. O resultado foi uma chapa grande, com muitos estudantes, independentes e organizados, que estavam pela primeira vez encarando o compromisso de dirigir um centro acadêmico.

Ao longo do segundo semestre, com a cada vez mais clara derrota dos nossos esforços para derrubar Bolsonaro antes das eleições, os debates eleitorais se tornaram predominantes nas redes e jornais, tanto da esquerda quanto da direita. Nesse momento ímpar de disputa de consciência, onde nossa estreita democracia burguesa brasileira permite e incentiva o debate político, houve uma maior "permeabilidade" da sociedade para a discussão política e a reenergização do movimento popular. Apesar de serem lutas menores frente à conjuntura, e em geral mais efêmeras e passageiras, também na Universidade de São Paulo as lutas se intensificaram. Foi neste período, com as mobilizações por permanência, e particularmente por água no CRUSP, que o curso de geografia reencontrou-se na luta. Temos visto na prática, como resultado da política correta que os estudantes de geografia vêm construindo, bons frutos e *confiança* dos estudantes no centro acadêmico e em si mesmos. Cada vez mais se procura o CA quando se tem algum problema em alguma disciplina, quando o pagamento das bolsas é atrasado, quando se tem alguma dúvida sobre o curso ou a Universidade, quando querem propor alguma atividade de autoorganização para os estudantes, quando falta impressão na pró-aluno. E que procurem ainda mais! Que participem do CEGE e construam também a solução dos problemas da USP!

Vemos cada vez mais envolvimento e interesse dos nossos colegas em puxar palavras de ordem nos atos; em buscar maior protagonismo do nosso curso



na agitação; na organização de "corujões" onde coletivamente decidimos mudar nossa rotina para dormir na Universidade, nos preparando para uma paralisação; e quando a entidade erra ou se demonstra falha, há cada vez menos espaço para oportunismo e desgastes artificiais de partidos ou grupos buscando desmoralizar o campo político "adversário". Há justas e corretas cobranças: seja para que nos posicionemos frente a algum tema de importância para o nosso curso ou corpo estudantil, seja para que aumentem as passagens em sala e atividades de divulgação das atividades e calendários de luta, etc. Essa mudança qualitativa é *resultado de uma política honesta, apesar de todos os seus problemas e dificuldades. É fruto do autorreconhecimento dos estudantes na entidade que os representa. É o começo (sabendo que ainda há um grande caminho pela frente), do entendimento do que é uma entidade política, e suas diferenças para instituições ou partidos políticos.*

Enquanto estivermos organizados na USP, lutaremos para preservar e ampliar esta cultura e forma de organização, buscando pautar o que for mais estratégico para os estudantes e para a sociedade em geral. Mas sabemos também que apenas o ME, isolado das demais categorias da USP, e com o atual nível de mobilização e consciência do povo como um todo, não será capaz de angariar vitórias mais substantivas e permanentes.

### **As pautas e vitórias do movimento geral**

A mudança de diretoria após as eleições do DCE no passado contribuiu para reaquecer o movimento estudantil geral da universidade do imobilismo a que estava colocado pelos últimos anos de gestão da Nossa Voz, dirigida pelo PT. Apesar da permanência de práticas aparelhistas por parte da atual gestão, que devem ser questionadas e denunciadas, entendemos que uma diretoria do DCE ativa, dado o atual quadro do ME da USP, representa uma mudança substantiva. É evidente a qualquer estudante a diferença de ter uma entidade imóvel e que trabalhava em parceria e negociações com a reitoria, e uma nova gestão como a "É tudo pra ontem" que constrói uma luta justa e honesta.

As limitações da atual gestão do DCE, e do ME da USP em geral, passam pela própria compreensão dos partidos e organizações do que deve ser o



movimento estudantil. E devido a esta grande discordância com métodos e horizontes que se expressam, acreditamos que a gestão enfrentaria mais problemas do que construiria soluções. Por este motivo, nas eleições optamos por apenas votar nos companheiros da atual gestão. Erramos. Dentro do quadro da USP e do conjunto das organizações de esquerda da nossa universidade, Juntos, UJC e Correnteza estão construindo um trabalho que deve ser elogiado, e quando criticado, a crítica deve ser feita de forma construtiva e fraterna. Por isso entendemos ter sido um erro de avaliação da nossa militância não apoiar pública e substantivamente a eleição deste conjunto de estudantes e partidos.

As limitações permanecem, e os constantes embates do DCE com grupos e organizações ativas nas lutas do CRUSP, a dificuldade/ausência de mobilização para enfrentar os principais ataques privatistas da universidade, as assembleias esvaziadas, os CCAs burocráticos e mais informativos do que deliberativos, expressam este caráter de cúpula das deliberações e construções da política da entidade e a falta de uma unidade programática mais substantiva entre a gestão. Mas a presença nas lutas, a política justa e acertada em boa parte das mobilizações espontâneas que aparecem, e o esforço cotidiano que vemos dos quadros que a compõem, nos fazem acreditar que mereciam nosso apoio público.

Para este ano que virá, é necessário que os companheiros se abram para a discussão de novas práticas e horizontes no movimento estudantil, abrindo mão de acordos por cima e do patriotismo partidário, fazendo mais passagens em sala do que vídeos, apresentando mais propostas concretas de organização do que denúncias, organizando mais debates que gerem sínteses do que apenas propagandeiem as posições de cada partido, que promovam a fraternidade entre as organizações e não disputas encarniçadas, e uma postura menos sectária em relação ao governo federal e às frentes Brasil Popular e Povo Sem Medo.

Repetir algumas das mesmas práticas de PT e UJS, ou se preocupar mais com a autoconstrução do que a construção de um movimento democrático e combativo no máximo irá manter a atual capacidade de mobilização dos estudantes, com alguns momentos de ascensão relacionados à conjuntura geral, mas sem saltos qualitativos. Não à toa vimos no fim do ano passado uma sequência de atos e espaços de debate esvaziados, e neste começo de ano uma calourada unificada



que teve baixíssima adesão apesar do grande investimento financeiro e estrutura angariado pelos partidos que dirigem a entidade. O medo de construir novas sínteses que não estejam sob controle político-partidário estrito, ou que não necessariamente gerará ingressos nas fileiras dos próprios partidos é um dos motivos responsáveis pela dificuldade e atraso do DCE em se posicionar e contribuir com o desenvolvimento das movimentações no CRUSP no final do ano passado, com perseguições políticas e despejos acontecendo. É urgente ampliar os horizontes de luta e modificar as práticas nas entidades da USP como um todo.

### **A disputa de projeto da universidade**

Durante o ano passado dividimos esforços dentro do ME da USP entre nossa atuação em entidades estudantis e na contribuição com as lutas do CRUSP. O simples fato de termos *dividido* nossa militância, ao invés de articular e envolver os estudantes dos nossos cursos através de seu CA nessa luta para nós já demonstra um erro que cometemos, e fazemos autocrítica por isso. Mas este erro está dentro de um contexto mais amplo, das lutas mais gerais da universidade: quem não for organizado, ou não orbitar alguma organização, não tem voz, informes ou possibilidade de contribuir de forma substantiva com esses espaços. E uma organização pequena modificar tal estrutura é um desafio maior do que estávamos preparados, seja por nossas limitações objetivas ou subjetivas.

A possibilidade de elaboração, construção e também disputa da luta por moradia estudantil e demais políticas de permanência não deve estar restrita às organizações. Estas estão entre as tarefas mais difíceis e importantes do ME nas universidades, e devem ser democráticas o suficiente para que todos aqueles que necessitam de políticas de permanência possam contribuir com suas reivindicações e atividades. Afinal, são as políticas de permanência que garantem condições de vida e estudo, e contribuem para aproximar o estudante de uma **experiência universitária integral** que historicamente nos tem sido negada. Por **experiência integral**, entendemos tanto a possibilidade de integrar grupos de estudos, frequentar aulas, fazer pesquisas, projetos de extensão etc., quanto também se tornar agente ativo de disputa do que é e do que deve ser a universidade.



Tais políticas são fundamentais para a permanência de boa parte dos estudantes na universidade e a melhor representação do estado democrático da universidade! Como seria possível considerar a USP uma universidade democrática, se uma parcela importante dos estudantes dedica todo seu tempo aos estudos e ao trabalho que os permite permanecer estudando? Em que momento poderão estudar possibilidades, refletir e discutir com colegas sobre a sua grade curricular, a criação de projetos de pesquisa que versem sobre demandas e assuntos de seu interesse e necessidade, a propor a criação de projetos de extensão que vinculem a universidade aos seus locais de origem e família?

É muito fácil para uma parcela da nossa universidade (ainda maioria, mas que vem mudando com a política de cotas implementada ainda muito recentemente) discutir os rumos da USP e estar satisfeitos com a universidade que tem. Mas o que isso representa de fato sobre a universidade e nossa sociedade, quando essas possibilidades são restritas apenas aos mesmos que são ouvidos desde a fundação da universidade? Quantos estudantes da USP detestam a universidade? Por que é tão fácil encontrar memes sobre trancar a USP, sobre ser um ambiente tóxico? A atual universidade que temos não reflete o conjunto de discentes, docentes e servidores técnicos, muito menos seus sonhos e desejos. Reflete aqueles (de dentro e de fora da universidade) que têm tempo, dinheiro, condição e voz para disputar os rumos da USP.

Mas ainda assim, nós estudantes da USP temos nos disposto e nos organizado para disputar o sentido da universidade, mesmo que muitas vezes não o façamos de forma consciente ou com este objetivo. Isso porque todas as lutas do cotidiano, todas as lutas por permanência, pelo “fora PM da USP”, pela criação de um novo projeto de extensão, pelo fim das perseguições políticas no CRUSP, pelo pagamento dos auxílios-permanência, pela contratação de professores, pela abertura do livro de contas da USP, tudo isso também disputa o projeto de universidade que está colocado pra gente. Essa luta, entretanto, perde fôlego e força quanto não se tem clareza do onde quer chegar. Uma eleição de CA, ou do CRUSP, é uma disputa parcial dentro de um projeto mais amplo, a luta contra o despejo ou por bolsas também. Não podem ser o fim da nossa luta, por que se



forem, tanto uma vitória quanto uma derrota podem desmobilizar e gerar frustrações.

O desafio que está colocado para o movimento estudantil é conseguir garantir que todas as lutas pela permanência dos estudantes da universidade não acabem em si mesmas, mas tenham um horizonte mais amplo que possa trazer vitórias substantivas. As políticas de permanência da USP são completamente insuficientes, e além de não garantir condições para que os estudantes que precisam trabalhar tenham uma vida política ativa e possam disputar o sentido da universidade, são insuficientes para que a gente permaneça dentro desse espaço mesmo que de forma precária. Reverter esse cenário passa pela necessidade de reivindicar e propor um outro projeto de universidade, que permita a construção de uma universidade criativa e criadora, não reprodutora das demandas e mazelas do capital. É isto que está em jogo e disputa nas lutas do movimento estudantil. *Imediatamente lutamos por condições de permanecer na universidade, mas com isso lutamos também para decidir que universidade queremos, e que sociedade essa universidade contribuirá para construir.*

Se a reitoria sistematicamente reprime lutas do ME, independente das trocas de reitores, desde os mais reacionários e os considerados "progressistas", entendemos que não há apenas uma situação conjuntural de "vontade" destes professores que assumem a direção da universidade, há um projeto estrutural em nossa universidade, construído de dentro para fora e, principalmente, de fora para dentro.

Este projeto conservador de universidade está vinculado a um projeto conservador de sociedade. A universidade não existe por fora da luta de classes. Ela está integrada e é fruto desta sociedade, portanto, contribui para produzir ou, pelo menos, reproduzir suas desigualdades. Mas enquanto uma de suas instituições-chave, a universidade não apenas reflete, mas influencia um conjunto significativo de instituições da sociedade que a comporta. A maior parte dos presidentes, ministros, diretores de empresas, burocratas do Estado e intelectuais da burguesia tiveram formação em universidades públicas, e a depender de sua formação, compromissos e relações construídas defendem políticas mais ou menos alinhadas ao capital.



## **Disputa burguesa: a democracia de cooptação**

O cenário que temos hoje na USP é exemplar disso.

O número crescente de políticas voltadas à *inovação* na Universidade, com orçamentos milionários e vinculados a grandes conglomerados empresariais, ao mesmo tempo em que a recomposição dos salários dos servidores docentes e técnicos é atravancada; que seus vínculos empregatícios são precarizados; que o HU é desmontado de modo sistemático; que cruspianos são perseguidos; é exemplo disso.

O orçamento recorde da USP, que contrasta com o sufocamento orçamentário mais direto das federais, nem por isso resolve as contradições criadas por ela mesma, apesar de ter as condições técnicas e financeiras para isso. A prioridade que os monopólios, o latifúndio e o imperialismo têm hoje para a universidade brasileira, enquanto instituição-chave da sociedade, passa por produzir quadros técnicos e tecnologias que mantenham o país na divisão internacional do trabalho como país primário-exportador, atuem pela reprimarização da nossa economia e aprofundem formas de expropriação das nossas riquezas que já foram secundárias. É um projeto de reforço à dependência interna à fração mais imperialista e agressiva do bloco de poder. Fração que tem como único compromisso lucros espetaculares, custe o que custar e a quem custar.

Se enganam os senhores Carlotti e Maria Arminda ao supor que a simples menção à “diversidade”, “inclusão” e “pertencimento” irão sanar os problemas e contradições da USP. Esses desejos (porque na prática não passam disso) não podem corresponder à nossa realidade, e para conter a indignação estudantil repetidamente buscam por um lado domesticar o movimento com seu apoio ora público, ora velado, à ex-gestão Avante da AMORCRUSP, e por outro amedrontá-lo, com perseguição policial a estudantes, conivência com a presença da polícia armada com fuzil no CRUSP e ameaça de despejos. Tudo isso enquanto reitores “progressistas” cheios de desejos e ideias de administração descoladas das necessidades estudantis acreditam veementemente que para o bem da universidade e dos moradores do CRUSP é necessário expulsar os moradores “irregulares”. Na verdade assumem a opção mais reacionária no enorme leque de



possibilidades e debates relativos às políticas de permanência. Se o ensino superior, moradia, trabalho são **direitos** previstos em lei, como pode um estudante que tem estes direitos negados pela insuficiência das políticas de assistência estudantil, ser considerado irregular? Irregular é a condição de vida e estudo que a universidade e a sociedade capitalista tem oferecido a nós!

Ou exigimos o rigor da lei, que garante moradia, condições de estudo, trabalho e permanência para todos e todas, ou lidamos com a existência de moradores "irregulares". Negar o primeiro, e utilizar de métodos autoritários e violentos para expulsar os segundos é a saída mais reacionária que esta reitoria poderia ter. E vem optando por isso!

A reitoria se faz valer da relativa autonomia universitária que nos garante uma democracia um pouco mais ampla, para organizar manifestações e eventos para defender a democracia brasileira em geral. Mas quando, por suas próprias contradições ideológicas e posições que assumem na administração universitária, fazem uma defesa *sem conteúdo* da democracia, essas mesmas palavras que são incansavelmente repetidas por eles, carregarão o conteúdo ideológico da classe dominante. Ou seja, uma diversidade, uma inclusão e um pertencimento que caibam nos moldes do projeto da mesma USP fundada em 1934, apenas com as atualizações e modernizações devidas à nova fase do capitalismo brasileiro.

Os limites objetivos dessa política da atual reitoria são cada vez mais claros: seu projeto, de fundo idealista, não comporta a realidade, e obriga que professores, estudantes, servidores e diretores sigam três caminhos possíveis: aceitem a cooptação por parte do capital; abandonem a universidade em meio a desassistência, violência e frustração; ou resistam e lutem por demandas concretas, para construir uma democracia universitária real e substantiva. Ao que parece, ano após ano as reitorias e direções da universidade vêm optando pela cooptação, e se tornado agentes fiéis da política do capital.

Essa reitoria, tida ainda por parte da universidade como progressista, tem tratado os direitos como auxílios e condições dignas de moradia em benesses e presentes, tem se aliado com o que há de mais conservador na sociedade e no movimento estudantil, abrindo precedentes que ainda irão se voltar contra ela! Mesmo a democracia universitária mais elitista que os reitores Carlos Gilberto



Carlotti Júnior, Maria Arminda do Nascimento Arruda e pró reitores da PRIP Ana Lucia Duarte Lanna e Marie-Claire Sekkel defendem está em risco com o movimento fascista brasileiro e o novo governador Tarcísio de Freitas. Utilizar das práticas que citamos, como militares para reprimir o movimento popular e tentar tutelar os processos políticos, é prática defendida pelos fascistas, e não cabem em em lugar nenhum do nosso país, muito menos nas universidades!

A reitoria e a PRIP fazem isso para causar alvoroço e desorganização dos estudantes, acreditam que um movimento estudantil passivo permite uma universidade mais organizada e atrelada ao que eles entendem que deve ser o ensino superior. Mas se enganam! Estão na verdade chocando o ovo da serpente dentro da USP, aumentando o espaço das empresas e empresários dentro da universidade, e permitindo que se consolidem grupelhos fascistas que antes não tinham legitimidade dentro do corpo estudantil para atuar abertamente.

Infelizmente, a política que concretamente deriva dessas "boas intenções" e "posições idealistas" é a *Política de Inovação* da USP. Aprovada de forma autocrática no último Conselho Universitário do ultrarreacionário e ultraconservador ex-reitor Vahan Agopyan, é reiterada e implementada por Carlotti e Maria Arminda. A Política de inovação muda substancialmente o caráter da universidade, na prática modificando o tripé ensino-pesquisa-extensão, e igualando em importância o *empreendedorismo*. A partir dessas mudanças, "é prioridade da USP fomentar e incentivar a criação de empresas nascentes (*spin-offs*)" (3.5.1), incentivando docentes, discentes e técnicos-administrativos a tomarem parte ativa neste processo e priorizando sua atuação "em habitats de inovação, tais como aceleradoras, incubadoras e parques tecnológicos que possam ter sinergia com suas ações e propósitos" (3.5.4). No rol de *incentivos* à adesão a essa política entreguista, a resolução prevê a bonificação àqueles que a ela se curvarem, seja com recursos próprios da universidade, seja em parceria com o grande empresariado, **nacional ou estrangeiro**.

Anterior a esta resolução, mas seguindo a mesma linha de políticas que refuncionalizam a universidade, o edital milionário *Novos currículos para novos tempos*, de 2020, já *incentivava* a adesão dos cursos a um edital que tinha como pré-requisito a implementação obrigatória de componentes de ensino híbrido nos



seus currículos. Isso tudo em um cenário em que são comuns os relatos de que há falta de verba nos departamentos das mais diversas áreas. Ao mesmo tempo, diversos cursos denunciam o risco de fecharem por falta de professores.

As *prioridades* da Universidade de São Paulo, reiteradas pela gestão Carlotti-Arminda, são as prioridades do grande capital, nomeadamente dos monopólios brasileiros e estrangeiros. A implementação de uma cultura de inovação e empreendedorismo:

1) invoca o debate curricular alicerçado sobre as bases da formação e criação de empresas júnior dentro dos cursos e de disciplinas “empreendedoras”, com valorização da inovação para trabalhos acadêmicos (3.2.1; 3.2.2) – assim instrumentaliza a universidade e nossa formação às necessidades das grandes empresas, não às necessidades da maioria da população;

2) vincula a inovação como fator para a progressão de carreira de servidores docentes e técnicos-administrativos (3.1.2) – chantageando professores a incorporar a política reacionária do empresariado para que possa melhorar seus salários e títulos;

3) descaracteriza o financiamento público da pesquisa com a criação de bolsas pagas por empresas sem ou com fins lucrativos (3.1.3; 3.1.4; 3.3.1; 3.3.3) – colocando a universidade para pesquisar as necessidades internas e de mercado destas empresas sem precisar custear o salário dos orientadores, insumos e nem infraestrutura;

4) nessas parcerias, a Universidade pode fornecer “*meios (conhecimento, pesquisa e infraestrutura) para que agentes externos, em especial empresas, implementem a inovação*” (2.4). Ou seja, mediante “contrapartida financeira” toda a estrutura da universidade, seus laboratórios, equipamentos, prédios, etc etc etc passam a poder ser utilizados pelas empresas;

**5) a propriedade intelectual desenvolvida pela Universidade passa a ser prioritariamente cedida às empresas parceiras, sendo elas nacionais ou estrangeiras!! (3.1.6; 3.1.8; 3.1.9; 3.3.5; 3.3.6; 3.3.7) – fazendo da universidade pública laboratório do empresariado, mas garantindo que o fruto milionário da pesquisa seja particular;**



6) a extensão inovadora e empreendedora só poderia corresponder à cultura de inovação e empreendedorismo, sendo favorecidos os projetos de cultura e extensão vinculados a essa perspectiva, nomeadamente as incubadoras, empresas júniores, start-ups e spin-offs, transformando os estudantes e professores em donos de empresa. A própria universidade passa a se comportar como uma empresa, permitindo que use seus ativos para investimento direto em outras empresas! (3.3.8; 3.4)

**A USP está pagando dezenas de milhares de reais para servidores trabalharem como pesquisadores e professores e eles estão produzindo patentes para enriquecer meia dúzia! Se as empresas querem produzir, elas que contratem pesquisadores, e não fiquem parasitando os recursos públicos!**

Essa "modernização" que estamos vendo na nossa universidade é a antessala de um dos acontecimentos mais graves da história recente do ensino superior brasileiro! É uma mudança completa da função da universidade, onde se torna regra os desejos mais promíscuos e inconfessáveis que sempre teve a burguesia, e o setor protofascista contido nas universidades. É a utilização dos recursos do povo brasileiro para enriquecimento de meia dúzia de barões e oligarcas, no melhor estilo descrito por Marx no manifesto do partido comunista, do Estado enquanto "balcão de negócios da burguesia".

Como "contrapartida" alinhadas às recomendações recentes do FMI, e aos moldes das universidades e instituições estadunidenses, os grandes bancos e empresas passam a oferecer caridade para os estudantes pobres da USP. Já que ficarão ainda mais milionários, por que não disputar a opinião pública, e quem sabe cooptar alguns estudantes para seus quadros técnicos, com bolsas permanência? É isso que faz o USP Diversa, onde empresas como Itaú, Santander, Deutsche Bank e Dow Química passam a custear o oferecimento de mais de 270 auxílios, no valor de R\$ 800 mensais.

Será que os bancos, brasileiros e estrangeiros, estão preocupados conosco? Ou sabem que este é um investimento ínfimo perto do que representa uma linha direta e grande influência dentro da melhor universidade da América Latina, com a possibilidade de investir na pequeníssima parcela de projetos criados e financiados pela USP que se tornarem rentáveis para o mercado financeiro?



É preciso estudar ainda mais qual o verdadeiro montante de lucros que a burguesia vem se apropriando com a transferência de tecnologia, patentes, estrutura e quadros técnicos da nossa universidade - nos comprometemos a estudar isso ao longo deste ano, e convidamos todos e todas aqueles que quiserem a somar-se neste processo - mas assim como a maior partes das contrarreformas aprovadas nos governos Temer e Bolsonaro, reverter algo assim é muito mais difícil do que aprovar. Vahan aprovou um dos mais profundos ataques à nossa universidade no apagar das luzes, sem grandes protestos ou tensões. Isso demonstra o nível de desarticulação e equívoco nas prioridades da luta estudantil, mas também a hegemonia que possui o capital dentro da nossa universidade.

Nesse sentido, as manifestações como de novembro de 2020, questionando o evento elitista de venda de lanchas e jetskis, promovido pela reitoria no nosso campus, são fundamentais. Expõe a contradição e o ridículo que é usar a universidade de balcão de negócios para o capital. É preciso fazer o mesmo com a faculdade particular do BTG pactual que utiliza da estrutura pública e o seu "networking", que nada mais é do que se apropriar de forma gratuita do conhecimento e redes científicas consolidadas da USP.

É preciso combinar as lutas de reivindicações por mais permanência e denúncia da política elitista da reitoria, combater tanto a tentativa de cooptação dos estudantes, quanto de repressão aberta que a reitoria promove. Mas tenhamos muito claro que estes senhores são apenas representantes – com mais ou menos mediações e desejos próprios – do capital, que utiliza do Estado e suas instituições chaves como balcão de negócios e capacitação de seus quadros. Nestes próximos anos que virão, só será vitorioso o movimento estudantil da USP se ele identificar corretamente os inimigos que financiam e irradiam o fascismo em nosso Estado e universidade. Não temos dúvida que as reformas curriculares que virão, a criação de EJs, privatização de patentes, incorporação de faculdades privadas no campus etc são políticas fundamentais para imprimir uma derrota histórica às organizações da esquerda universitária e povo em geral.

Esta é uma luta maior do que a JCA ou qualquer partido, por maior que seja. Precisa ser uma luta de todos os estudantes e entidades da USP, que conforme se organize, transpasse os muros da nossa universidade e irradie para as



faculdades irmãs como UNESP e UNICAMP. Todo estudante pode e deve ser protagonista de estudos, denúncias e ataques às fundações de apoio da burguesia e aos braços diretos do capital nas universidades. A luta de classes está mais viva do que nunca no ensino superior brasileiro!

Nos organizamos em entidades estudantis e grupos de estudantes para enfrentar a desumanização e hiper individualização que a sociedade promove, com todos os seus desdobramentos na piora das condições de vida “dentro” e “fora” da universidade, e quando damos sentido para a luta coletiva buscamos a construção de uma sociedade verdadeiramente democrática e plural para o nosso povo. E assim também queremos nossa universidade! E esses princípios devem orientar as entidades estudantis, e orientam as gestões que nós construímos e apoiamos!

Só será possível revogar estas medidas tão nefastas, e conquistar uma reestruturação das finanças da USP quando estas questões forem pautas de primeira ordem entre todos os estudantes, inclusive nos centros de tecnologia e engenharia. Atividades radicais e combativas em pequenos grupos não serão suficientes para avançarmos em direção a uma democracia universitária substantiva. A depender da situação concreta estas podem contribuir ou atrapalhar a popularização e conscientização das nossas pautas. A forma e as pautas que a esquerda vem apresentando historicamente dentro da universidade tem encontrado dificuldades em dialogar com o grosso da USP, mesmo com aqueles estudantes que seriam diretamente beneficiados pelas conquistas da luta.

Como convencer um estudante de que a falta de auxílio permanência inviabiliza a função que deveria ter uma universidade – quando se acessa a USP buscando melhorar de vida – enquanto uma EJ já coloca a estudantada em contato com bons empregos e melhores bolsas vindas do setor privado? Como convencer um morador do CRUSP que este deve ser um espaço de formação política, debate e resistência, quando para muitos é um lugar de moradia provisório enquanto o sonho da "startup própria" não vinga? O projeto de universidade está em disputa! E é assim que devemos tratar no nosso dia-a-dia.

Avançar na luta pela revogação integral dos novos currículos para novos tempos! Pela revogação da nova política de inovação! Pela recondução do financiamento de projetos "inovadores e empreendedores" para pesquisas que de



fato resolvam os problemas do nosso povo e famílias! Tecnologia e conhecimento produzidos na USP devem ser do povo e não do capital!

Avançar na luta por uma universidade contra o capital! A luta é por uma universidade popular!